

PLÍNIO, O ANTIGO, E A DESCRIÇÃO DE ROMA COMO CAPITAL DO MUNDO (MEDITERRÂNEO?)¹

Ivana Lopes Teixeira²

RESUMO: O objetivo deste artigo, “Plínio, o Antigo, e a descrição de Roma como capital do mundo (Mediterrâneo?)” é apresentar algumas considerações de Plínio, o Antigo, sobre a cidade de Roma como capital do mundo e da Itália como centro do Império Romano, a partir da leitura da *História Natural*, relacionando estas considerações a alguns paradigmas historiográficos sobre o mundo clássico e mediterrânico. Parte destas considerações dizem respeito à pesquisa de doutorado em desenvolvimento na FFLCH/USP, sob orientação do Prof. Dr. Norberto L. Guarinello, denominada “A noção de identidade romana em Plínio, o Antigo, e a *História Natural* como um ‘projeto’ político-pedagógico”, e parte é fruto dos encontros do Laboratório de Estudos do Império Romano e Mediterrâneo Antigo, LEIR-MA/USP, em torno da problemática das fronteiras e da integração dos povos antigos no/do Mediterrâneo, como paradigma historiográfico.

PALAVRAS-CHAVE: Plínio, o Antigo - Roma - Itália - Império – Mediterrâneo.

ABSTRACT: The aims of this paper is to present some of Pliny the Elder’s reflections on the city of Rome as the capital of the world and of Italy as the center of the Roman empire, based on readings of the Pliny’s *Natural History*. It also aims to connect Pliny’s reflections with some historiographical paradigms on the Classical World and the Mediterranean. Part of the thoughts expressed in this paper come from a PhD. level research, called “The Notion of Roman Identity in Pliny the Elder, and the *Natural History* as political-pedagogic ‘project’” developed at the Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, in the Universidade de São Paulo, under the supervision of Prof. Dr. Norberto L. Guarinello. The other part is a result from the debates over the problematic of the boundaries and the processes of integration of Ancient peoples in the History in/of the Mediterranean, that took place at the meetings of the Laboratório de Estudos do Império Romano e Mediterrâneo Antigo, LEIR-MA/USP.

KEY-WORDS: Pliny the Elder, Rome, Italy, Empire, Mediterranean.

O objetivo desta comunicação é apresentar algumas considerações de Plínio, o Antigo, (23-24 a 79 d.C) a partir da *História Natural* (44 a 77 d.C), sobre a cidade de Roma como capital do mundo e da Itália como centro do Império Romano, relacionando estas considerações com a problemática das fronteiras e da integração dos povos antigos no/do Mediterrâneo, como paradigmas historiográficos sobre o mundo

¹Texto apresentado no III Encontro do Laboratório de Estudos do Império Romano e Mediterrâneo Antigo, LEIR-MA/USP, “Como assim Mediterrâneo? Integração e fronteiras no Mediterrâneo Antigo”, realizado no Anfiteatro do departamento de História da FFLCH/USP, em 14 e 15 de outubro de 2010.

² Doutoranda em História Social pela FFLCH-USP; membro do Laboratório de Estudos do Império Romano e Mediterrâneo Antigo (Leir-MA/USP).

clássico e mediterrânico. Consideramos interessante apresentar uma introdução sobre as ideias de Horden e Purcell (2000) que propuseram repensar o mundo antigo a partir do paradigma do Mediterrâneo como centro de integração e conectividade e, posteriormente, cotejá-lo com a obra de Plínio, o Antigo, a *História Natural*.

Horden & Purcell e o Mediterrâneo

O Mediterrâneo como expressão geográfica remonta aos gregos, que descreveram o mar como um grande rio central, essencial para a navegação e para a comunicação, mas somente no Império Romano surgiu o termo Mar Mediterrâneo; geógrafos árabes o descreveram como uma unidade, responsável pela comunicação e integração das cidades e povos litorâneos, e historiadores gregos apontaram a importância das talassocracias na região mediterrânea, na formação dos primeiros Estados e civilizações, no desenvolvimento da agricultura e da redistribuição de recursos possibilitada pelo mar, e no esforço destas em controlar as comunicações pelo mar e os mercados ou áreas de troca entre cidades (Horden e Purcell, 2000).

Horden e Purcell (2000) propuseram uma nova abordagem da história do mundo mediterrânico antigo e medieval, a partir do trabalho de Fernand Braudel (1972), *O Mediterrâneo e o Mundo mediterrânico no tempo de Filipe II*, que apontara para uma unidade do Mediterrâneo no tempo e no espaço, numa longa duração. Se esta unidade existiu, Horden e Purcell se perguntaram como ela subsistiu e em quais aspectos o Mediterrâneo possuiria unidade, não através da geo-história braudeliana, mas através do estudo das microecologias do Mediterrâneo e suas inter-relações essenciais na elaboração de uma análise da unidade em torno do Mediterrâneo. Ambos propuseram uma história do Mediterrâneo que pressuporia uma compreensão do ambiente, formado por uma complexa interação dos fatores físicos e humanos em sua totalidade; e neste sentido, apontaram como primeira dificuldade a delimitação da cronologia, ou da história do Mediterrâneo desde quando, e da área de estudo, ou que seria o Mediterrâneo; e uma definição de unidade mediterrânea relacionada a facilidade de comunicação pelo mar, que propiciaria a integração, e aos aspectos físicos comuns, ou seja, uma ecologia mediterrânica.

Neste sentido, a proposta dos autores parte do estudo da ecologia física e humana do mundo mediterrâneo antigo e medieval, e se baseia muito nas ideias de Rappaport (1968), que propôs uma análise ecológica da sociedade humana, onde a

população é vista segundo critérios ecológicos, e o homem é visto como um organismo animal integrado ao ambiente; apesar das dificuldades de se delimitar as comunidades mediterrâneas, grandes e fluídas, segundo esta ecologia de sistemas. Os autores agregam a essa ecologia humana o contexto histórico, isto é, integram uma abordagem interacionista com a ecológica para investigar a unidade no espaço e as continuidades no tempo no mundo mediterrânico, segundo uma história ecológica ou ecologia histórica. Para aplicar esta interpretação ecológico-histórica e empreender uma análise das intensas variedades locais das microecologias mediterrânicas, estabeleceram uma definição de microecologia ou nicho ecológico, como uma localidade definida, e apontaram para uma enorme fragmentação do mundo mediterrânico, que poderia ser descrito como um mosaico de microrregiões ou microecologias. Segundo Horden e Purcell, a abordagem microrregional permitiria analisar a transumância no Mundo Mediterrâneo, as rotas e as cidades, designadas por sua arquitetura distintiva e seu *status* legal, inseridas nas microecologias, e a comunicação e o comércio dentro das redes conectivas entre microrregiões num nicho macrorregional.

Para Horden e Purcell, as definições históricas dos assentamentos urbanos produzidas até o momento seriam falhas porque não enfocariam a variedade e mudança. O Mediterrâneo apresenta, enquanto macrorregião, uma enorme diversidade de ocupação, ou microrregião, e há uma grande dificuldade de se distinguir claramente os tipos de assentamento. A sociologia urbana e histórica clássica, representada por Pirenne, Marx, Sombart e Max Weber, e a historiografia moderna definiram cidade como um tipo de espaço, uma entidade social genérica, de tal forma que a variável urbana permanece definida sem rigor suficiente. Segundo os autores, a definição de cidade deveria ser apreendida da microecologia, o lugar de contato entre diferentes ecologias (Horden e Purcell, 2000: 100-101). As tipologias e categorias clássicas não seriam suficientes para explicar o fenômeno urbano, por causa dos contatos centro-periferia e da hierarquia dos assentamentos. O fenômeno urbano deveria ser avaliado segundo o lugar central, em termos de produção e circulação de mercadorias e serviços, ou cidade como centro consumidor, e de população. Por isso, segundo os autores, o conceito de assentamento ecológico seria mais significativo, ao desconstruir a cidade como categoria inserindo-a como assentamento ecológico nas microecologias do Mundo Mediterrâneo, sobretudo, porque a cidade mediterrânea antiga não se opõe ao campo.

A norma entre os assentamentos antigos no Mediterrâneo era a cidade costeira ou lacustre, dispersa e mutável, que se caracterizava pelo tamanho, aristocracia, elite religiosa ou mercantil no poder, e pela necessária autossuficiência, tendo em vista os problemas da escassez de recursos. Com relação aos assentamentos mediterrânicos autárquicos, pode-se dizer que a autossuficiência era o ideal por causa da sobrevivência, com exceção das megalópoles ou das cidades portuárias. Segundo Horden e Purcell, nas ecologias mediterrânicas a produção e redistribuição foram inseparáveis e o ideal de autarquia aristotélica foi diferente da realidade econômica das cidades-estados. Os pequenos lugares de produção e consumo, as microecologias, integravam uma rede complexa de relações e interações ou conectividades, que por analogia podem ser pensadas entre família e cidade, microcosmo e macrocosmo dos assentamentos urbanos. Ambos enfatizam que, num contexto interpretativo, a história das vilas, cidades e rotas do Mediterrâneo deveria ser compreendida a partir das conexões entre as microrregiões. As conectividades dentro e entre as microecologias produziram, grosso modo, as rotas ou as linhas de comunicação, e o mar Mediterrâneo seria o principal agente de conectividade entre as microecologias, por causa dos corredores marítimos e fluviais que teriam uma contribuição crucial para as conexões entre as microrregiões do mundo mediterrânico. Para Horden e Purcell, as trocas econômicas no Mediterrâneo podem ser analisadas através dessas redes de conexões entre microrregiões, ou segundo uma abordagem histórico-ecológica, mais adequadamente do que segundo a narrativa econômica convencional. O mar Mediterrâneo seria uma macrorregião que agregaria várias microrregiões, ou seja, a totalidade ou unidade mediterrânica seria a fragmentação, e o Mediterrâneo seria um mosaico de microrregiões interconectadas pelo mar, que possibilitaria uma variedade de formas de comunicação. Nesse sentido, a história dos sistemas de alimentação do Mediterrâneo, ou seja, sua agricultura estaria baseada em imperativos de sobrevivência, como diversidade, mercado e redistribuição. A diversidade das paisagens mediterrânicas ou microecologias possibilitaria, segundo Horden e Purcell, uma abordagem holística, orgânica e ecológica, do sistema agrícola, ou uma nova história econômica ecológica, construída a partir de novas abordagens como a arqueologia da paisagem, a etnografia e as fontes literárias, para a análise das conexões entre essa diversidade, mercado e redistribuição nas microrregiões ou microecologias do Mediterrâneo.

Segundo Horden e Purcell, o mundo mediterrânico foi um mundo de diversidades climáticas, geomorfológicas e hidrológicas, de paisagens, como florestas e

pântanos, diversidade entre áreas de pesca e de criação de animais, paisagens desérticas ou semiáridas e de produção de cereais, pomares e jardins, que descreveriam microecologias marginais. Mas a questão central, segundo os autores, seria a discussão da mudança dessas diversidades e do sistema agrário, incluindo o uso da tecnologia, do cultivo em terraços, da irrigação e da diversidade de plantas cultivadas. Além da análise da mudança do modelo, importa entender por que há o decréscimo ou intensificação da produção, relacionada à adaptabilidade ou não ao trabalho, ao mercado e a redistribuição da produção. Segundo Horden e Purcell, o mundo mediterrâneo apresentaria ainda uma série de variáveis de instabilidade que ampliariam as diversidades produtivas, como terremotos, tempestades, processos de sedimentação, e processos antropogênicos, como desflorestamentos.

O Mediterrâneo antigo foi o lugar da mobilidade de mercadorias e pessoas, inseridas em diversidades étnicas e culturais, através de redes de redistribuição que conectavam variedade, especialização e escolhas, transferindo recursos de uma microrregião à outra. A rede de conexões representada pelos inúmeros santuários dispersos pelas microrregiões ou microecologias, do Mundo Mediterrâneo contribuiria tanto para os estudos de história da religião como para a compreensão das continuidades e sobrevivências no tempo e no espaço, através da análise das relações entre religião e paisagem. Em síntese podemos afirmar que o trabalho de Horden e Purcell (2000) propõe um estudo do Mediterrâneo antigo e medieval, baseado na Geo-história, na ecologia humana e nas contribuições da arqueologia, sobretudo a arqueologia da paisagem e a Etnoarqueologia. O Mediterrâneo seria constituído por inúmeras microecologias, comunidades circunscritas, conectadas numa macroecologia, ou uma sociedade sem fronteiras. Para circunscrever o problema, a existência de uma unidade do Mediterrâneo no tempo e no espaço, sua sobrevivência e continuidades, Horden e Purcell partem dos pressupostos da discussão historiográfica e do conceito de longa duração, depois apresentam seu modelo teórico, uma história ecológica, e o aplicam a paisagem mediterrânea, confrontando dados geo-históricos, arqueológicos e a Literatura Antiga, e concluem que a densa fragmentação do mundo mediterrânico, microecologias, compõe sua unidade ou totalidade, macroecologia, no tempo e no espaço.

Quanto à cidade antiga os autores referem-se ao termo quando discorrem sobre a definição de cidade como autarquia (Horden e Purcell, 2000: 119-120). Para ambos a cidade estaria inserida ou diluída no contexto das microrregiões ou microecologias, e as definições ou conceituações de cidade até o momento são inadequadas e não explicam o

fenômeno urbano, porque a cidade antiga seria a soma da área agrícola e do centro urbano, e mais que centro político ou comercial a cidade poderia ser definida por sua importância como centro religioso (Horden & Purcell, 2000: 110).

Parece-nos, no entanto, que se trata de outro olhar sobre o fenômeno urbano, o olhar da ecologia humana³, que partindo de premissas ecológicas, geo-históricas, literárias e arqueológicas, reconstrói um sistema na forma de síntese, que não invalida os conceitos de cidade, como os de Pirenne, Marx, Sombart e Max Weber, por exemplo, sem mencionar definições políticas do espaço urbano como as de Aristóteles, ou influenciadas por ele, como Cícero. Se considerarmos a definição de cidade de Horden e Purcell (2000: 100) como o lugar de contato entre diferentes ecologias ou assentamento ecológico, o conceito ou categoria permanece indefinido, por ser tão impreciso quanto às definições dos sociólogos urbanos e historiadores clássicos. As definições destes do fenômeno urbano não podem ser avaliadas em termos de verdadeiro ou falso, mas enquanto válidas ou não, isto é, são diferentes, mas não excludentes entre si; apenas o enfoque é outro; são olhares diferentes sobre o mesmo objeto.

Igualmente, quando discorrem sobre a definição da cidade como uma autarquia (Horden e Purcell, 2000: 115), a crítica de que a prática tem sido deduzida da retórica, como persistência de um ideal, parece-nos arbitrária impondo a ideia de que a retórica seria apenas discurso e ideal. De sua parte, Lausberg (1967) considera que mais que discurso e disciplina escolar, a retórica seria um sistema lógico de pensamento, uma via de compreensão do mundo, apreendida por via empírica. Assim, as imagens da cidade produzidas nos discursos, não são simplesmente imagens ideais, são imagens construídas empiricamente, ou seja, relacionadas ao real.

Além disso, parece-nos contraditório apontar as pretensões de uma historiografia que objetiva uma interpretação total da história, como a Escola dos *Annales*, o

³ Segundo Ciro Flamarion Cardoso (1988): “O termo ecologia foi utilizado pela primeira vez pelo zoólogo alemão Ernest Haeckel, em 1869, para designar o estudo das relações das plantas e animais com o meio ambiente, tanto orgânico quanto inorgânico, em que se desenvolvem. Desde o começo, então, a ecologia aparece como uma disciplina de síntese, que depende de dados de outras ciências. (...) Em geral se reconhece a existência de três grandes subdivisões da Ecologia: Auto-ecologia, ou seja, as relações de um único ser orgânico com o meio ambiente; Demoecologia, que é o estudo do conjunto de uma espécie ou população dada, animal ou vegetal, em seus fatores internos (...), e em suas relações com o meio físico e com outras populações; finalmente, a Sinecologia, que se ocupa dos ecossistemas, ou seja, da visão de conjunto do meio ambiente físico em todos os seus aspectos e da totalidade dos seres vivos que nele vivem, considerando todos os intercâmbios possíveis (...) os quais constituem a “economia” do ecossistema. A Ecologia Humana exige a introdução de outros elementos, já que o homem, através da tecnologia, pode modificar radical e sistematicamente os ciclos típicos dos diversos ecossistemas. Assim, nos estudos de Ecologia Humana se distinguem três subconjuntos: 1) o meio natural (...); 2) as estruturas tecnológicas criadas pelo homem; 3) o meio social.”(Cardoso; 1988: 53).

marxismo, a *New Archaeology*, quando levamos em consideração que a proposta dos autores de uma história ecológica, mesmo que enfoque as microecologias, acaba por remeter a uma macroecologia ou a uma unidade ou totalidade da fragmentação do mundo Mediterrâneo.

O mérito da abordagem de Horden e Purcell está nos usos da arqueologia e da literatura antiga associados à ecologia histórica como modelo interpretativo, porque o meio ambiente raramente é agregado ao sistema tecnológico e ao meio social na produção de uma síntese efetiva; e mesmo na visão do Mediterrâneo antigo e medieval como uma unidade densamente fragmentada, um mosaico, lugar da mobilidade de mercadorias e pessoas, inseridas em culturas e etnias diversas, através de redes de redistribuição que conectavam variedade, especialização e escolhas, transferindo recursos, artes e ideias de uma microrregião à outra. Apesar disto, permanece em aberto a questão da centralidade do Mediterrâneo como área de (des)integração e conectividade de povos e civilizações dispersas no mundo antigo e medieval.

Plínio, o Antigo, e o Mediterrâneo

Plínio, o Antigo, escreveu no século I d.C. a *História Natural*⁴, obra em 37 livros, também conhecida como “Enciclopédia”, que reuniu os conhecimentos gregos e romanos sobre a totalidade da natureza ou do mundo natural conhecido no sentido da sua aplicabilidade ou utilidade para a vida civilizada; incluindo a geografia e os povos dominados pelo Império sob o governo dos Flávios. Plínio escreveu no prefácio da HN que seus 37 livros constituiriam um armazém de conhecimentos, uma memória (*thesauros*) da vida ou uma história da natureza nunca antes empreendida (HN 1, § 12-13)⁵.

Sua descrição do mundo natural conhecido baseou-se na compilação e na confrontação entre fontes, que ele indicou e dividiu em autoridades internas romanas e externas ou gregas. O tema narrado foi o mundo natural trabalhado pelas artes técnicas (HN 1, § 8-9), e ao descrevê-lo Plínio compôs um texto que apresenta um valor excepcional de documento histórico sobre o Império no século I d.C.

⁴ Adotaremos a abreviação HN para nos referirmos a *História Natural* de Plínio, o Antigo.

⁵ As edições da *História Natural* utilizadas na pesquisa são as da *Loeb Classical Library* (latim e inglês) e as da *Les Belles Lettres* (latim e francês). As indicações dos livros e das páginas citadas da *Historia Natural* de Plínio correspondem a edição da *The Loeb Classical Library*, 1991, reimpressão da edição revisada de 1949. Utilizamos paralelamente a edição francesa *Budé, Les Belles Lettres*, para cotejo do texto, não para citação. Todas as traduções de Plínio neste texto feitas a partir da *Loeb Classical Library*.

O conceito de natureza para Plínio era complexo e amplo e incluía o mundo natural cultivado: as cidades, as vilas, os jardins, os pomares, além da natureza propriamente dita e uma cosmologia⁶. Cultura e natureza se confundiam e constituíam uma entidade única. Plínio partiu da descrição do cosmos para a da geografia (terras, mares e rios), após a descrição das terras descreveu o homem, animais (zoologia), plantas (botânica) e minerais⁷, convertidos em domínios culturais e apresentados na HN segundo sua utilidade⁸ (Della Corte; 1978; 1982).

As descrições das artes, das técnicas e dos saberes aparecem como digressões que compõem o esquema lógico do texto; estas permitiram que Plínio colocasse o homem no centro do mundo natural; a natureza foi louvada, mas o ordenamento do texto foi antropocêntrico e centralizador: dos povos do império aos povos itálicos e aos romanos, das províncias a Itália, das cidades a cidade de Roma. Plínio construiu uma rede de relações entre a natureza e a cultura (as cidades, sua arquitetura, suas esculturas e pinturas, a medicina, a agricultura, ou seja, os saberes técnicos da vida civilizada) e os romanos foram descritos como os responsáveis por convertê-las em bem comum. Plínio utilizou e associou fontes textuais gregas e romanas, num esquema evolutivo construído em progressões dos gregos aos romanos.

Para descrever esta natureza cultivada imperial Plínio recorreu à retórica de gênero epidítico (mais ou menos, grande ou pequeno), se utilizando da comparação amplificante ou *exemplum* para exaltação do seu tema. A aparente acumulação caótica de dados da HN levou muitos estudiosos a compararem o texto a uma mina, onde era preciso separar o material bruto do fino, mas esta imagem é simplista e equivocada (Carey, 2002). As fontes de Plínio foram reelaboradas ou mesmo controladas por ele, dentro de um planejamento coerente, de uma retórica raciocinada, ou como alguns estudiosos têm apontado mais recentemente, dentro de um projeto estruturado. A HN

⁶ Sua noção de natureza incluía também uma cosmologia baseada em três axiomas diferentes: a filosofia jônica (baseada nos quatro elementos: água, ar, fogo, terra), o estoicismo (a idéia de concórdia universal) e a escola pitagórica (a idéia de eternidade). A natureza de Plínio equivalia a deus, ou melhor, a deusa mãe natureza.

⁷ Sconocchia (1985) vê esta estruturação num tripé: prefácio - índice - texto, encontrado na tradição científica e enciclopédica romana de Valerius Soranus, Scribonius Largus, Celso e Aulo Gélíio, que prevaleceu até a Alta Idade Média.

⁸ Rommer (1984) afirma, a partir do estudo do livro VII da *História Natural*, que Plínio organizou seu texto de acordo com estratos bem definidos: 1) do II ao VI cosmologia e geografia (mundo inanimado), 2) do VII ao XI antropologia e zoologia (homem e animais), 3) do XII ao XIX botânica e agricultura, 4) do XX ao XXVII botânica e medicina, 5) do XXVIII ao XXXII homens e animais (olhar terapêutico), 6) do XXXIII ao XXXVII metais e minerais (matéria inanimada). E dentro de uma simetria que associou por analogia 3 e 4 (reino vegetal), 2 e 5 (reino humano e animal) e 1 e 6 (matéria inanimada que enquadra o todo). A estrutura apontada por Della Corte (1982) parece-nos mais adequada que esta de Rommer.

constitui um *corpus* historicamente bem datado, produzido num meio cultural específico⁹.

Plínio, o antigo, não recebia passivamente informações livrescas, criticava-as, fazia observações pessoais, confrontava fontes diversas. Embora suas descrições da natureza se baseassem mais na leitura de autores, que na observação direta do mundo natural, Plínio se esforçou por apresentar o estado mais recente dos conhecimentos (Della Corte, 1982; Serbat, 1984).

A descrição da cidade de Roma e da Itália como centros do poder imperial aparecem em vários momentos na HN, mas isto ocorre com mais ênfase no livro 3 da geografia da Itália e nos livros 33, 34, 35, 36 e 37 sobre os minerais, que apresentam digressões sobre a história da moeda e das artes da arquitetura, da escultura e da pintura no mundo greco-romano.

No livro 3, Plínio, o Antigo, inicia a sua descrição da geografia do mundo, que ocupa também os livros 4, 5 e 6, escreve:

“Tantas são as disposições e maravilhas da terra, das águas e das estrelas e a ordem e dimensões do universo.” (3, § 1)

“A totalidade do círculo terrestre está dividida em três partes, Europa, África e Ásia. O ponto inicial é o Estreito de Gibraltar, onde o oceano Atlântico irrompe e espalha-se para longe da costa do Mediterrâneo (*maria interiora*). A direita, entrando pelo oceano, está a África, e a esquerda a Europa, com a Ásia entre elas, cujas fronteiras são os rios Nilo (Egito) e Don (Rússia).” (3, § 3)

“Começo com a Europa, nutridora do povo que tem conquistado todos os povos, e de longe a mais bela (graciosa, agradável) porção da terra, que muitas autoridades, não sem razão, têm reconhecido não ser a terceira parte, mas a metade do mundo, dividindo a totalidade do universo em duas porções (por uma linha imaginária) do rio Don ao Estreito de Gibraltar.” (3, § 5)

Em seguida, Plínio descreve a península da Espanha incluindo a Lusitânia, depois a Gália e depois a Itália (HN 3, § 38-138). Ao iniciar a descrição da geografia da Itália, escreve:

⁹ Koves-Zulauf (1978) afirma que para além dos inumeráveis dados a *História Natural* foi bastante estruturada em torno das concepções religiosas de Plínio, que partilha da teoria da magia simpática, mas apresenta uma atitude negativa quanto aos cultos estrangeiros em Roma, criticando a superstição a partir de conceitos morais.

“Após isto vem à Itália, o primeiro povo sendo os Ligúrios, depois a Etrúria, a Úmbria e o Lácio, onde esta a foz do Tibre e Roma, a capital do mundo (*Roma terrarum caput*), dezesseis milhas do mar.” (3, § 38)

“(Eu) estou bem consciente que posso, com justiça, ser considerado ingrato e descuidado se descrever de forma casual e apressada uma terra que é, simultaneamente, a cria (filha, discípula) e a nutridora (mãe, mestre) de todas as outras terras, escolhida pela providencia dos deuses para fazer o céu, ele mesmo mais glorioso, para unir impérios dispersos, para criar costumes (usos, hábitos, modo de viver, ordem) polidos, para possibilitar o entendimento, através da comunhão da linguagem (persuadir pelo discurso por uma comunidade linguística), de discordantes e rústicos idiomas de tão variados povos (nações), para levar civilização à humanidade, numa palavra tornar o mundo uma só pátria de todos os povos.” (3, § 39-40).

“Nesta (pátria) a cidade de Roma sozinha (*lacuna*) (é) rosto e cabeça digna de glória!” (3, § 40).

Após o elogio incompleto sobre a cidade de Roma, Plínio prossegue com o elogio da Itália:

“Verdadeiramente neste lugar há vitalidade e salubridade o ano todo, clima temperado, campos férteis, colinas radiantes, veredas seguras, bosques sombreados, florestas produtivas, brisas de muitas montanhas, grande fertilidade de seus frutos, videiras e oliveiras, gloriosa lã de seus rebanhos, touros robustos, muitos lagos, riqueza de rios e mananciais; muitos mares, portos e o interior destas terras oferecem de todos os lados uma boa acolhida ao comércio (abertos de todos os lados ao comércio); elas mesmas correm (estas terras) avidamente para o mar como para ajudar¹⁰ a humanidade.” (3, § 41).

“Eu não falei do caráter e dos costumes dos seus povos, seus homens, os povos (as nações) que sua língua e força têm conquistado. Os gregos eles mesmos, um povo tão propenso a efusivas glórias (autoelogios), pronunciaram a sentença sobre esta terra conferindo a uma pequena parte dela o nome de Magna Grécia.” (3, § 42).

Na sua descrição da topografia da Itália Plínio escreve:

“Se fossemos mais longe e levássemos em conta a altura dos edificios, seria formada uma estimativa que nos levaria a admitir que não haja cidade no mundo inteiro que possa ser comparada a Roma em magnitude¹¹.” (3, § 66-67).

Finalmente, na conclusão da sua descrição da Itália Plínio escreve:

¹⁰ *Tanquam iuvandos ad mortales ipsa avide in Maria procurrens* (HN 3, § 42). *Iuvandos* (de *Juvo*, *as*, *juvi*, *juvare*: socorrer, ajudar, auxiliar, patrocinar, assistir, aliviar, consolar).

¹¹ *Quod si quis altitudinem tectorum addat dignam profecto aestimationem concipiat fateaturque nullius urbis magnitudinem in toto orbe potuisse ei comparari* (HN 3, § 67).

“Esta é a Itália, terra sagrada para os deuses, e estes são seus povos e as cidades destes. (...) Ela não é inferior a nenhuma terra em abundância de produtos minerais de todo tipo, mas a mineração é proibida por uma antiga resolução do Senado que proíbe a exploração da Itália¹².” (3, § 138)

Nos livros 33 até 37, sobre os minerais e as artes derivadas destes como a cunhagem de moedas, gravação, escultura, arquitetura, pintura e cerâmica, Plínio descreve a cidade de Roma e suas artes em inúmeras passagens, e nas páginas finais do livro 37, último da HN, escreve:

“Agora que (eu) completei minha observação (exame) do trabalho da Natureza é certo que eu deveria fazer uma avaliação crítica de seus produtos como das terras que os produzem. Assim eu declaro que em todo o mundo, onde quer que a abóboda celeste alcance, não há terra tão bem suprida (adornada) com tudo que recebe da Natureza como a Itália. Regente e segunda mãe do mundo, com seus homens e mulheres, seus generais e soldados, seus escravos, sua proeminência nas artes, sua abundância de brilhantes talentos, e novamente sua posição geográfica, seu clima saudável e temperado, a facilidade de acesso que ela oferece a todos os povos, sua costa com inúmeros portos e bons ventos (que sopram dela). Todos estes benefícios ampliam-se por sua situação – uma terra que se projeta na direção mais vantajosa, o meio entre o Leste e o Oeste – e por seu abundante suprimento de água, salutares florestas, montanhas com caminhos, inofensivas criaturas selvagens, solos férteis e ricas pastagens. Em nenhum outro lugar o homem pode encontrar (está autorizado a esperar) mais excelência das coisas – grãos, vinho, azeite, lã, linho, tecido e gado. Mesmo a raça nativa de cavalos é preferível a outras para o adestramento. Em minérios, se ouro, prata, cobre ou ferro, nenhuma terra ultrapassava-a quando era lícito explorá-los.” (37, §201-202).

As passagens citadas permitem pensar sobre a importância da cidade de Roma e da província da Itália como referências ideológicas e de poder para a articulação econômica, política e cultural das demais províncias e cidades do Império. Há uma analogia entre a terra, o povo, a língua e a cultura com o bem, o racional, o melhor, a riqueza, a beleza, as bênçãos dos deuses e o maravilhoso. Para Plínio, a Natureza deu mais aos romanos porque coube a eles o governo e a civilização do mundo, para que eles se apropriassem, melhorassem e devolvessem as benesses aos outros povos como representando uma segunda Natureza.

Em contrapartida, em nenhum momento Plínio se refere abertamente ao mar Mediterrâneo como centro do mundo imperial greco-romano, suas definições sobre mar são de ordem geográfica: mar interior, mar inferior ou mar superior, dependendo da posição geográfica; e político-econômica: *Mare Nostrum*, a partir do momento em que o

¹² *Mettalorum omnium fertilitate nullis cedit terris; sed interdictum id vetere consulto patrum Italiae parci iubentium* (HN 3, § 138).

domínio do mar representou o domínio de povos além mar e uma via de integração destes ao império romano. Segundo Troussel e Leveau (2000), esta apropriação do espaço líquido mediterrâneo pelo poderio romano, que o transformou em *Mare Nostrum* ou espaço marítimo de um Império que se pretendia universal, não fez do mar mediterrâneo o centro do mundo imperial, como o Mediterrâneo de Braudel (1972) ou de Horden e Purcell (2000).

Para estes dois últimos, o Mediterrâneo seria uma unidade ou totalidade e que se contrapõe a Europa ou Ocidente ou Cristandade ou Islã, e se igualaria a Europa, África e Ásia (Oriente); e propõem que uma divisão leste-oeste seria mais racional do que uma distinção norte-sul, arbitrária, sobretudo, se pensarmos em termos do que foi o império Romano no Mediterrâneo, isto é, a fluidez das fronteiras e as interações centro-periferia que criaram amplos horizontes de comunicação. Os estudos mediterrânicos deveriam somar Europa, norte da África e Oriente Médio, sobretudo, porque o conceito de Oriente Médio (de 1902) seria insatisfatório para definir o mundo islâmico do norte da África ao sudoeste asiático.

Em Plínio, o Antigo, a referência para a definição do mundo imperial não foi o meio líquido, embora Plínio estivesse muito atento a importância dos mares e rios e a posição geográfica da Itália e de Roma; Plínio estava mais atento ao aspecto técnico, econômico e político de apropriação dos recursos do meio natural, inclusive do Mediterrâneo, e do próprio conhecimento como recurso.

Ele definiu a Europa (meridional) como a melhor metade do mundo, e a cidade de Roma e a Itália no centro como sínteses deste mundo, porque melhores, e as benesses da natureza confirmavam isso; os mares e os rios eram as vias que conectavam terras e povos das demais áreas imperiais, permitindo o comércio e o fluxo de mercadorias e pessoas ao centro do Império, mas não havia “Mundo Mediterrâneo” que correspondesse a uma macrorregião econômica e política, no sentido dado por Horden e Purcell (2000). Para estes, o mar Mediterrâneo seria uma macrorregião que agregaria várias microrregiões, ou seja, um mosaico de microrregiões interconectadas pelo mar, que possibilitaria uma variedade de formas de comunicação e mobilidade de mercadorias e pessoas¹³.

¹³ Ian Morris (2005) entende que o modelo de conectividade e movimento de pessoas, mercadorias e ideias no mundo Mediterrâneo antigo deveria ser pensado analogamente as teorias de globalização no mundo antigo, relacionando mudanças e continuidades, diferenças e similaridades.

Segundo Purcell (2005), autores como Políbio e Plínio, o Antigo, apontaram para a apropriação do Mediterrâneo pelos povos greco-romanos e para uma relativa homogeneização da cultura mediterrânea sob o Império romano, o que representou negociações entre identidades hegemônicas e identidades locais, relações de lealdade e integração e, simultaneamente, resistências à homogeneização, a ordem e ao controle social. Embora nem Políbio ou Plínio tenham desenvolvido um conceito de mediterrâneo nestes termos, ou seja, microrregiões integradas e conectadas por vias fluviais e marítimas a uma macrorregião que corresponderia ao Império Romano.

Plínio construiu seu discurso no centro do poder imperial a partir da cidade de Roma e da Itália, seguindo fontes romanas e gregas somadas às suas próprias ideias, criando uma rede de representações simbólicas e culturais sobre as quais a HN foi escrita. O processo de expansão de Roma e as guerras de conquista amplificaram a influência da cultura grega e helenística sobre as elites romanas. Este processo esteve associado à entrada de inúmeras obras de artífices grego-orientais em Roma, além de obras literárias, escolas filosóficas e costumes. Sob o impacto das conquistas anteriores ao Império, poetas e historiadores greco-romanos construíram uma ligação mítica entre romanos e gregos, tendo como base a fundação da cidade de Roma, e, nas palavras do poeta Horácio, a Grécia cativa capturou Roma. Simultaneamente, houve cidadãos preocupados com a penetração das ideias e dos costumes gregos e helenísticos em Roma e entre os romanos e a consequente corrupção dos valores mais tradicionais das famílias patrícias.

Neste processo, a conformação da cidade de Roma transformou-se profundamente associando cada vez mais *urbis* e *orbis*, e o advento do Império impôs a cidade um remodelamento arquitetônico sob Augusto, com as construções públicas e a estatuária relacionadas a um programa iconográfico que refletia o poder crescente de Roma sobre o mundo. Nos livros 34 e 36 da HN, Plínio descreve as maravilhas arquitetônicas e mesmo a profusão de estátuas em Roma, inclusive estatuária representativa de áreas geográficas e povos conquistados figurando lado a lado com imagens de cidadãos eminentes, como generais e imperadores, e a dificuldade de se apreender e apreciar tantos trabalhos de arte que floresciam sem limites junto às construções na cidade.

Igualmente, Plínio apresenta a cidade de Roma como centro político-econômico, cultural e estético, como modelo urbanístico e artístico. Roma é descrita como uma síntese do mundo, a Cosmópolis, uma cidade “museu”, *locus* de memória e referência

espacial fundamental para o Império. Seus critérios narrativos e ideológicos conferiram a cidade de Roma um *status* privilegiado de espaço político e estético sob o império dos Flávios e, por analogia, eles também conferiram a HN o status de uma biblioteca síntese do Império, repositório da memória letrada do mundo greco-romano¹⁴.

No livro 3 da HN, sobre a geografia da Itália, Plínio propôs uma nova configuração e imagem para o centro do Império sob o domínio dos Flávios, que aproximou o programa construtivo e iconográfico de Vespasiano de Otávio Augusto, e que negava o modelo neroniano, criticado no livro 36 da HN ao lado do programa construtivo de Calígula, classificados por Plínio de insanos. Também no livro 3 (§ 66,67) Plínio descreveu as medições da cidade de Roma (novas regiões e uma zona aduaneira) realizadas por Vespasiano, que introduziram modificações a circunscrição executada sob Augusto e que teriam beneficiado a cidade como um todo, isto colocava Vespasiano e Augusto no mesmo patamar, os maiores, separando-o de imperadores menores.

Nos compêndios 33 até 37 sobre as artes técnicas, há uma relação entre imagem e memória e sociedade e luxúria, na passagem do governo de Nero ao de Vespasiano, considerando suas críticas a luxúria e a dissolução dos costumes e a apropriação da estatuária, como descrita por Plínio, para a glorificação do Estado¹⁵. Segundo Carey (2003), a apropriação da estatuária e sua distribuição espacial representavam, para Plínio, o testamento da grandeza do Império romano. A HN ressaltaria a visão unificada do mundo natural e cultural de Plínio, apresentada como uma totalidade onde as artes (cultura) são relacionadas à natureza, o que é grego relacionado ao que é romano, a austeridade opondo-se a luxúria, o governo do Flávios opondo-se a de seus antecessores.

Roma transformara-se por sucessivos remodelamentos e programas construtivos públicos, onde esculturas, pinturas, artífices, materiais e técnicas circulavam¹⁶ pelo espaço urbano. Esta retórica espaço-temporal operada pela arte oficial greco-romana construiu uma memória e uma imagem de grandiosidade do poder imperial,

¹⁴ WOOLF, G. & EDWARDS, 2003.

¹⁵ O universo da estatuária em Roma era imenso, havia quase tantas estátuas como seres vivos, e Roma fora abastecida por sucessivos espólios, de Sulla a Nero, e pela atividade dos colecionadores, que colecionavam qualquer coisa, diante disso Plínio faz uma seleção do que descrever e estabelece uma fronteira do olhar, que muitas vezes não corresponde às preceptivas da Roma da época.

¹⁶ Segundo Isager (2006; 2003; 1991) nos livros sobre as artes, ao empreender uma descrição dos materiais, das técnicas utilizadas e suas finalidades medicinais, industriais, além de arrolar artífices e obras, Plínio tratou também de designá-las espacialmente, ou seja, elas teriam um *locus* específico que cumpriria um papel social e, até mesmo, moral. Plínio fez uma descrição da arte escultórica apontando o “idealismo” nos trabalhos dos artífices durante a hegemonia política e cultural dos helênicos, e que apresentou um maior “realismo” no trabalho dos artífices sob o domínio político e cultural dos romanos. Na *História Natural* o Império romano é descrito como uma superação cultural dos romanos sobre os gregos.

incorporando simultaneamente os povos conquistados, e associando arte e governo. A HN descreveu as construções públicas e a estatuária greco-romana apropriadas por programas iconográficos no centro do poder como parte do processo de construção de identidades no Império. Como vimos nos trechos citados acima, Plínio afirmou a centralidade da cidade de Roma e da Itália no Império estabelecendo um olhar político sobre ambas. E podemos considerar que este apresentou uma ideia de identidade romana construída em relação a um ideal de arte grego “clássico” e um ideal político de príncipe, que associou a estatuária da Grécia “clássica” em Roma e o poder civil de Augusto, o gosto pelo “clássico” a uma visão “augusteana” de poder, reelaborados e retomados pelo governo dos Flávios¹⁷. Ao propor uma identidade romana nestes moldes negocia com o mundo imperial greco-romano, e, principalmente, dos romanos da cidade de Roma, e em meio aos espaços públicos e os privados desta última; Plínio repropõe a cidade de Roma e a Itália como centros, não somente de poder e lugar para onde vão todas as mercadorias do Império, mas também como a síntese do mundo político, geográfico e cultural do Império (Murphy, 2004).

Conclusão

Podemos concluir esta comunicação com duas considerações.

Primeiro, que Plínio, o Antigo, descreveu a cidade de Roma e a Itália segundo critérios geográficos, idílicos e artísticos, e que estes critérios serviram para exprimir suas ideias econômicas e políticas. Há uma racionalidade econômica evidente na descrição dos recursos de que dispõe o império e uma racionalidade política na descrição das formas de explorá-lo.

Segundo, que Plínio afirmou a centralidade da cidade de Roma e da Itália em relação ao Império, no melhor lugar segundo seus critérios, o meio entre o Oeste e o Oriente, na Europa, de onde estrategicamente podia se lançar para o domínio do mundo, que não era mundo mediterrânico, mas o mundo de impérios dispersos, discordantes e rústicos, que Roma ajudaria ao proporcionar a paz, a civilização, a língua culta e a pátria única.

Bibliografia

¹⁷ Há em Plínio uma analogia entre a estatuária da Grécia “helenística” e a desordem, a luxúria, o despotismo e o espaço privado, por um lado, e a estatuária da Grécia “clássica” e a ordem, o regramento, a política e o espaço público.

Fontes:

PLINE L'ANCIEN. *Histoire Naturelle*. 37 vols. Collection des Universités de France. Association Guillaume Budé. Paris: Société d'éditions 'LES BELLES LETTRES', 1950-1972. (latim /francês).

PLINY THE ELDER. *Natural History*. 10 vols. London: Loeb Classical Library, 1938-1963 (latim/inglês).

Obras Gerais:

ANDRE, J. M. Nature et Culture chez Pline l'Ancien. In: *Recherches sur les artes à Rome*. Paris: Belles Lettres, 1978.

BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1981.

BEAGON, Mary. *The Elder Pliny on the Human Animal. Natural History Book 7*. Translation with introduction and historical commentary. Oxford: Clarendon Press, 2005.

_____. *Roman Nature: The Thought of Pliny the Elder*. Oxford: Clarendon Press, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion As forças produtivas e a dinâmica da História. In: *Ensaio Racionalistas*. R.J: Editora Campus, 1998: 41-60.

CAREY, Sorcha. *Pliny's Catalogue of Culture, Art and Empire in the Natural History*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

_____. The problem of totality. Collecting Greek art, wonders and luxury in Pliny the Elder. In: *Journal of the History of Collections*, Oxford, Oxford University Press, 2000.

CONTE, G. B. The inventory of the world: form of nature and the encyclopedic project in the work of Pliny the Elder. In: *Genres and Readers: Lucretius, Love Elegy, Pliny's Encyclopedia*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1993.

DE CERTEAU, M. *A escrita da História*. R.J: Forense Universitária, 2010.

DENCH, E. *Romulus' asylum: Roman identities from the age of Alexander to the age of Hadrian*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

DOODY, A. *Pliny's Encyclopedia. The Reception of the Natural History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

FUNARI & SILVA (orgs.) *Política e identidades no mundo antigo*. São Paulo: Annablume Editora/FAPESP, 2009.

GELL, Alfred. *Art and Agency. An Anthropological Theory*. Oxford: Clarendon Press, 1998.

- _____. *The Anthropology of Time. Cultural Constructions of Temporal Maps and Images*. Oxford: Berg, 1996.
- GUARINELLO, N. L. Império Romano e Identidade Grega In: FUNARI & SILVA. (orgs.) *Política e Identidades no Mundo Antigo*. São Paulo: Anablume/Fapesp, 2009.
- HENDERSON, J. Knowing Someone Through Their Books: Pliny on Uncle Pliny (“Epistles” 3.5). in: *Classical Philology*, 97, 3, 2002, p. 256-284.
- HINGLEY, R. *Globalizing Roman culture: unity, diversity and empire*. London: Routledge, 2005.
- HORDEN, P. & PURCELL, N. *The Corrupting Sea. A Study of Mediterranean History*. Oxford: Blackwell, 2000.
- HUSKINSON, J. (ed.) *Experiencing Rome: Culture, identity and Power in the Roman world*. London: Routledge, 2000.
- ISAGER, Jacob. Pliny’s Natural History: a medium for preservation and a cause o loss of knowledge. In: *Clássica*, 19 (1), Belo Horizonte, SBEC, 2006, p. 115-125.
- _____. Humanissima Ars: Evaluation and Devaluation in Pliny, Vasari, and Baden. In: *Ancient Art and Its Historiography*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 48-67.
- _____. Pliny on art and society. The Elder Pliny’s chapters on the history of art. London-New York: Routledge, 1991.
- JEX-BLAKE, K; SELLERS, E. *The Elder Pliny’s Chapters on the History of Art*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968 (original de 1896
- LAURENCE, R. & BERRY, J. *Cultural Identity in the Roman Empire*. London: Routledge, 2001.
- LAUSBERG, H. *Elementos de Retórica Literária*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbelkian, 1967.
- NAAS, V. Le Project Encyclopédique de Pline L’Ancien. Collection de l’Ecole française de Rome. Rome: Ecole française de Rome, 2002.
- MALKIN, I. *Mediterranean Paradigms and Classical Antiquity*. London-New York: Routledge, 2005.
- MARVIN, Miranda. *The language of the Muses. The dialogue between roman and greek sculpture*. Los Angeles: J. Paul Getty Museum, 2008.
- MARX, K. *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*. R.J: Ed. Paz e Terra, 1975.
- MITCHELL, W.J.T. *Iconology, Image, Text, Ideology*. Chicago: The University of Chicago Press, 1986.

MURPHY, Trevor. *Pliny the Elder's Natural History: The Empire in the Encyclopedia*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

_____. *Pliny's Naturalis Historia: The Prodigious Text*. In: Boyle, A.J.; Dominik, W.J. (orgs.) *Flavian Rome: Culture, Image, Text*. Leiden-Boston: Brill Academic Pub, 2003, p. 301-322.

OLIVEIRA, F. de. *Les idées politiques et morales de Pline l'Ancien*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 1992.

PINKSTER, H. The language of Pliny the Elder. In: REINHARDT, T; LAPIDGE, M.; ADAMS, J. N. (eds.) *The language of Latin Prose*. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 239-256.

PURCELL, N. Rome and Italy. In: *The High Empire, A.D. 70-192*. The Cambridge Ancient History, vol. XI, cap. 12, p. 405-443, 2 edição.

_____. Rome and its development under Augustus and his successors. In: *The Augustan Empire, 43 B.C.- A.D. 69*. The Cambridge Ancient History, vol. X, cap. 15, p. 782-811, 2 edição.

RENFREW, C. & BAHN, P. *Archaeology. Theories, Methods and Practices*. New York: Thames and Hudson, 1991.

ROUVERET, A.; DUBEL, S. & NAAS, V. *Couleurs et Matieres dans L'Antiquité*. Paris: Éditions Rue D'Ulm, 2006, p. 213-259.

SABINE, G. H. La teoria de la ciudad-Estado; La teoria de la Comunidad Universal. In: *História de la Teoria Política*. México: Fondo de Cultura Econômica do México, 2 edição em espanhol, 1963: 15-248.

FELDMAN- BIANCO, B & CAPINHA, G. (orgs.) *Identidades. Estudos de cultura e poder*. São Paulo: Editora Hucitec, 2000, p. 19-39.

SERBAT, G. Pline L'Ancien. In: HAASE, W E TEMPORINI, H (orgs.) *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt, II, 32-4*, Berlim/New York, 1984 sq, p. 2069-2200.

SINCLAIR, Patrick. *Rhetoric of writing and reading in the preface to Pliny's Naturalis Historia*. In: Boyle, A.J.; Dominik, W.J. (orgs.) *Flavian Rome: Culture, Image, Text*. Leiden-Boston: Brill Academic Pub, 2003, p. 277-299.

STEWART, Peter. *The Social History of Roman Art*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

_____. *Statues in Roman Society. Representation and Response*. New York: Oxford University Press, 2003.

WALLACE-HADRILL, A. *Rome's Cultural Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

_____. Pliny the Elder and Man's Unnatural History. In: *Greece & Rome*, Second Series, Vol. 37, No. 1 (Apr., 1990), pp. 80-96.

WEBER, M. Tipologia das cidades. In: *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.

WOOLF, G. & EDWARDS, C. *Rome the Cosmopolis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

WOOLF, G. Becoming Roman, staying Greek: culture, identity and the civilizing process in the Roman East. In: *Proceedings of the Cambridge Philological Society*, 40, 1996, p. 116-140.

_____. *Becoming Roman: the origins of provincial civilization in Gaul*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.